

**ENTREVISTA COM A DESEMBARGADORA FEDERAL
MARGARIDA DE OLIVEIRA CANTARELLI
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO***

Nancy Moreira de Barros Freitas¹

Esta entrevista, parte da dissertação: Memória, Identidade e Justiça Social: vinte anos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, de Nancy Moreira de Barros Freitas, orientada pela Professora Doutora Sylvana Maria Brandão de Aguiar, para obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública, ambiciona proporcionar estratégias de como cumprir a legislação constitucional que regula o Direito de Memória.

Em um cenário mais amplo, a tão almejada consolidação da democracia no Brasil requer transparência das ações de seus dirigentes, conceitos e funcionamento de suas instituições públicas nacionais. Por conseguinte, a Justiça Federal Brasileira, ao perpetuar sua memória e permitir o acesso a ela por qualquer cidadão, caminha em direção a uma Justiça de maior alcance social.

I PARTE – em Recife, 05 de fevereiro de 2009

Eu tenho o maior prazer em colaborar com o seu projeto, porque acho extremamente importante que toda Instituição tenha registrada a sua História, pois não tem futuro quem não tem passado; então, embora seja um passado curto, de 20 anos - em termos de história 20 anos é pouco tempo - mas, é extremamente relevante que fique consignado o que foi feito até agora, porque muito o Tribunal contribuiu para o Poder Judiciário e para a Sociedade.

ORIGEM / FAMÍLIA

1) Por favor, o seu nome completo e o de seus pais?

Eu sou Margarida de Oliveira Cantarelli, meu nome de casada.

¹ Mestre em Gestão Pública pelo Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (MPANE) da UFPE; Funcionária do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Meu nome de solteira, embora apenas Margarida de Oliveira, deveria ser Margarida Coutinho de Oliveira. Coutinho, do lado de minha mãe e Oliveira, de meu pai. Cantarelli, veio pelo casamento.

Os meus pais: Júlio Alcino de Oliveira, ele tinha o nome do padrasto do seu pai, porque meu avô perdeu o pai muito cedo e minha avó, Leopoldina, casou-se pela segunda vez. Esse padrasto foi tão bom para o meu avô que ele deu ao primeiro filho que nasceu o nome de Júlio Oliveira.

Minha mãe era Dulce Barreto Coutinho. O Barreto vem de Sergipe, da família Diniz Barreto, de Sergipe. Por isso que eu tenho tanto amor e raízes em Sergipe. O Coutinho é de Nazaré da Mata, família muito ligada à história da medicina de Pernambuco, embora, naquela época mulher não trabalhasse, minha mãe chegou a trabalhar com Dr. Ulysses Pernambucano na área de Psicologia.

Então ambos, papai médico e farmacêutico e ela ligada à área de psicologia, depois se casaram, e foi bom para nossa educação.

2) Quando e qual a sua cidade de nascimento?

A minha cidade de nascimento é Recife. Nasci no Recife, na Rua Marquês do Paraná, antigamente se nascia em casa.

Mas, eu tenho várias cidades no coração: Olinda, aonde eu moro desde 1980 e tantas outras que me deram a honra da outorga do título de cidadã, não só dos estados, como das cidades. Então eu sou do Recife, sou de Olinda, sou de Mossoró, de Caicó, de Souza, de Campina Grande, de Serra Talhada, de Estância, de Itabaiana. Então meu coração é Nordestino, embora a minha cabeça seja do Mundo.

Nasci em 28 de março de 1944, portanto, este ano completo 65 anos de uma vida bem vivida.

3) Como foi a sua infância, Doutora Margarida? Pode falar um pouco sobre sua cidade natal?

Claro! Eu procurei expressar este meu sentimento, essa infância, essa juventude no Recife, num discurso que fiz quando recebi a Medalha José Mariano, da Câmara Municipal do Recife.

Bom, pessoa de classe média com pai, como falei, farmacêutico e médico, professor da Faculdade de Medicina com laboratório de análises clínicas, na época pouquíssimos no Recife, não tinham tantos médicos fazendo esta parte de laboratório, que hoje são verdadeiras empresas.

Nós tivemos uma infância e uma vida muito boa no Espinheiro. Na época em que casa tinha quintal, mangueira, pé de sapoti e jardins que se podia cultivar algumas flores que eram possíveis nesse nosso clima. A convivência com os primos, com os vizinhos, se podia brincar, andar, sair de uma casa para outra sem maiores problemas de violência. Tudo isto faz com que eu considere que tive uma excelente infância, com a família, com os irmãos, com os parentes. Papai era muito agregador; então, as famílias, tanto a de mamãe quanto a dele, estavam sempre reunidas em nossa casa.

4) Quer falar algo sobre os seus pais? E sua família hoje?

Olhe! Meu pai, como eu falei, médico, era um lutador, quando ele quis estudar medicina, não havia faculdade de medicina no Recife, só havia na Bahia. Então, ele fez primeiro o curso de farmácia que já existia. Quando terminou farmácia, foi fazer medicina, de tal sorte que ele foi da terceira turma da Universidade do Recife, hoje, UFPE.

Ficou dividido entre as duas profissões, amando muito a farmácia, aos farmacêuticos. Colaborou demais, em razão de ter uma situação financeira melhor, com relação à classe dos farmacêuticos e à Associação dos Farmacêuticos. Era professor da Faculdade de Farmácia e, não só como médico-farmacêutico, mas ele também teve uma vida muito rica como professor. A tal ponto que ele não se via aposentado quando se aproximou da compulsória. Muito mais que deixar a Faculdade onde foi inúmeras vezes paraninfo, homenageado, patrono, e tinha os alunos como verdadeiros filhos. Isto eu aprendi muito com ele, a ter este carinho pelos estudantes, pelos meus alunos, porque à medida que a gente transmite conhecimento, você está colaborando para sua formação, não só intelectual, mas na formação moral e ética de gerações. Eu admirava muito meu pai, como professor dedicado aos alunos e também como médico dedicado, não só aos seus clientes particulares, mas, sobretudo, para aqueles que não podiam pagar. Claro que a previdência naquela época era muito mais precária que hoje, então era necessário que os médicos tivessem esse sentimento para com os mais necessitados inclusive isso ele demonstrou. Minha mãe também colaborava muito nessa área social, como eu lhe disse, ela trabalhou com Dr. Ulysses Pernambucano. E, antigamente, não sei hoje,

porque não tenho uma convivência tão próxima com os médicos, os laboratórios davam aquelas amostras de remédios e as pessoas pobres, que moravam nas proximidades da nossa casa, iam lá buscar algum remédio. E ela sentava-se num banquinho, em frente do armário onde papai guardava as amostras e sempre procurava ver um medicamento que pudesse atender àquelas famílias. Nossa casa, eu tenho lembranças assim muito interessantes dessa responsabilidade social da minha família com sua vizinhança pobre, com ex-empregados, também não se tinha carteira profissional, não se tinha previdência social, mas o cuidado e a assistência que meus pais davam aos ex-empregados mais velhos, aquela preocupação da distribuição de cestas de natal, ou de presentes de natal - também na Semana Santa, se chamava o jejum. Imagine, jejum, além de jerimum, bredo, se dava também bacalhau, porque bacalhau era mais simples a comida (risos), então se fazia, aquelas pessoas iam buscar sempre.

Essa preocupação de minha mãe com os pobres me marcou muito. Como também o tratamento daquelas pessoas que nos servem. Então, não se fazia distinção de comida na minha casa, comida da mesa, comida de empregado, absolutamente nunca houve isto. Sempre se tratou com muito carinho todos aqueles que trabalhavam. E ainda hoje, já desapareceram meus pais, meus irmãos, e eu ainda mantenho com a 2ª ou 3ª geração desses ex-empregados o mesmo contato. Você deve ver com frequência aqui me procurando essas pessoas, já netas de ex-lavadeiras lá de casa. Então continuo com essa afinidade. No Natal a distribuição das cestas é uma preocupação minha, não de cestão pronto de supermercados, mas eu própria compro os gêneros, preparo a cesta, de forma que possa oferecer, dentro das minhas possibilidades àquele grupo, que hoje já está mais reduzido, mas assim mesmo ultrapassa as 15 famílias, que eu faço questão de atender no Natal como homenagem à memória dos meus pais e da minha irmã.

Minha família, hoje, é uma alegria para mim. Infelizmente, Cantarelli adoeceu, já há muitos anos, 1987, portanto, já se vão 22 anos que ele se tornou uma pessoa inválida, hoje é cego. Mas mantemos essa união da família com os dois filhos, Ana e Rafael, agora com nora e netos. Todos moramos juntos. Essa agregação que eu falei que eu via lá na casa dos meus pais, continuo com ela, todos moramos juntos.

Eu tenho um carinho muito grande, não só pelos filhos, claro, mas também pelos netos. Os netos significam uma renovação na vida de cada um de nós. E Cantarelli, mesmo uma pessoa que não tem a visão, fica feliz com a proximidade, com o carinho dos netos. Criança não percebe quem é cego ou quem vê, eles não sabem que existe cegueira, então

tratam o avô como se ele tivesse visão. O meu neto esta semana chegou com a revista Veja, cuja capa tinha um patinho amarelo, para mostrar ao avô o patinho amarelo e ele fez de conta que estava vendo e achou bonito o patinho que, infelizmente, não via.

VIDA ESCOLAR

5) Como foi sua vida escolar? A sua primeira escola, sua professora. Algum fato importante a destacar?

Claro. A minha primeira escola, o Instituto Recife, era próximo a nossa casa, inclusive dava para ir a pé, caminhando. Tinha uma educadora chamada Eulália Fonseca, pessoa de uma visão de futuro, de uma educação renovada, extremamente interessante. Imagine que naquela época ela já dirigia carro e tinha ido aos Estados Unidos para conhecer novos métodos de Educação.

Nós tínhamos, na Escola, não só o curso primário, chamava-se primário naquela época, como também nós estudávamos música e francês. Nós aprendíamos a Redação, não apenas como se chamava uma “composição”, que hoje chamam de dissertação, nós aprendíamos a interpretar, a fazer atas, a redigir ofícios, a passar telegrama. Então era uma forma interessante de ensinar Português, já que iríamos precisar utilizar redação na vida, como também o francês, que já dávamos na Escola primária e música. Naquela época a professora tinha trazido dos Estados Unidos um instrumento de sopro, uma espécie de flauta e nos ensinou música. Foi então que aprendi realmente e comecei a me dedicar um pouco à música, inclusive, tinha colegas de música do Colégio primário como Ana Schuler, que foi do Tribunal do Trabalho, chegou a ser Presidente do Tribunal do Trabalho, e as suas irmãs, que moravam na nossa rua.

Então Eulália Fonseca foi uma educadora de referência naquele período, tendo nos levado para ver, para começar a aprender e a respeitar o civismo, o funcionamento de algumas sessões eleitorais no prédio do nosso Colégio, no dia das eleições.

Foi no Colégio primário que eu participei ou organizei, liderei o primeiro movimento político da minha vida, que foi aos oito anos de idade, organizar uma greve no Colégio, isso a causa era relevante, até hoje eu acho justa. Porque no sábado de carnaval só havia aula para o turno da manhã, turno da tarde não, eu achei isso uma tremenda injustiça. Sábado de carnaval não devia ter aula nem pela manhã nem à tarde, então eu liderei uma greve para que ninguém

fosse à aula no sábado de carnaval pela manhã. Não havia ainda o Galo da Madrugada, evidentemente. Mas já era um dia de carnaval, não podia ter aula pela manhã.

Depois eu saí, quando terminei o primário, fui para o Colégio das Doroteias, o Colégio de São José, porque a minha tia, irmã de meu pai, era Doroteia. Então, fiquei lá fazendo o ginásio, muito bom. Um colégio excelente e as freiras tinham uma atenção especial conosco, até com mais rigor, por conta de sermos sobrinhas, eu e minha irmã, de doroteia. Todas eram nossas tias, com rigor absoluto.

Eu sempre gostei de pintar as unhas de vermelho forte, e me recordo que um dia eu cheguei, tinha havido a formatura do meu irmão, e eu no dia seguinte fui para o colégio com as unhas pintadas e a freira olhou para mim, com aquele jeito muito sério, e me perguntou: "Passou a mão no inferno?", se referindo ao vermelho das unhas, e eu tive que tirar o esmalte da forma mais precária, de modo a não quebrar a disciplina do Colégio.

Foi muito bom, no ginásio eu me dedicava muito à História, que até hoje eu tenho uma forte tendência para o estudo da História, que considero fundamental para se entender o Direito Internacional, mas foi muita influência das mestras, das professoras, das doroteias.

Infelizmente não pude continuar nas Doroteias, porque só havia o curso Pedagógico e depois a Faculdade de Filosofia do Recife, que hoje é a FAFIRE, que se chamava, a título de brincadeira, de "espera marido". Então não se pensava que mulher pudesse ter outra profissão que não fosse professora, fazer o Pedagógico e ir para a FAFIRE para fazer línguas e esperar um bom marido para casar.

Como eu queria fazer Direito, fui para o Colégio Vera Cruz, e lá fiz o curso Clássico, o 2º grau, eu não sei como se chama hoje, era dividido em dois: o Científico, para quem ia para a área de ciências exatas e o Clássico, para quem ia cursar Direito e outras poucas profissões existentes então.

No Colégio Vera Cruz recebi influências muito importantes, especialmente da minha professora de Filosofia e Latim, Irmã Magna, que eu lamento que, na época, por ser tão jovem, eu não tivesse a percepção completa do quanto aquela mulher era competente, era importante, ela tinha sido aluna de Heidger, na Alemanha. Nos ensinava Filosofia e também, apesar de ser uma pessoa tão profunda em conhecimentos, tinha uma obra social no Vasco da Gama, e levava as alunas do Vera Cruz, que eram consideradas meninas de classe média ou ricas, para a comunidade, para trabalhar com os mais necessitados. E isto tudo vai formando a nossa personalidade, vai chamando a atenção para determinadas coisas, que às vezes passam despercebidas, que é esse compromisso social segundo o qual aquelas pessoas mais

favorecidas, não precisam nem ser ricas, mas, em melhores condições, devem ter com os mais necessitados. E desse compromisso social eu não me afasto em nenhuma hipótese, me sinto sempre comprometida em retribuir o muito que eu recebi dos meus pais, das condições de vida, do Estado, que patrocinou o curso Superior, claro, eu fiz Faculdade Federal e essa retribuição é uma constante na minha vida.

6) Objetivando desmistificar a figura do magistrado, gostaria que descrevesse um pouco como foi seu desempenho como estudante.

A primeira coisa que se tem de mostrar é que o Magistrado é um ser humano, é gente. É preciso não só que as pessoas vejam os Magistrados como gente, mas que eles próprios também se sintam gente. Gente igual a qualquer outra, não há a menor diferença enquanto ser humano de mim para qualquer outro servidor deste Tribunal, desde aqueles que exercem as funções mais simples, mais humildes, de limpeza, de vigilância, até nós, como desembargadores, que estamos de certa forma na posição mais elevada dentro da Instituição. Este ponto é fundamental e me preocupa muito com isso. Enquanto Diretora da Escola de Magistratura, sempre procurei levar ao Magistrado, especialmente ao Magistrado novo, essa ideia: Nós somos pessoas, nós somos gente, seres humanos absolutamente iguais a qualquer outro. E por isso nós temos que agir como gente e não como máquinas, e não como simples aplicadores da Lei, porque, se assim fosse, não precisávamos estar aqui, bastava eu colocar os dados num computador e ele daria o resultado. Então o Magistrado tem que pensar que exerce a sua função para, exatamente, extrair o que há de humano na conduta e interpretar a lei da forma mais justa possível. Essa visão é fundamental para isso. Muitas vezes a Magistratura jovem, cada vez mais jovem, nos deixa essa preocupação acentuada pelos estudos, pela dedicação profunda aos estudos, pode levar uma vida de certo modo segregada, afastada, e isso não é bom, porque a nossa função tem relevância social grande. Porque o Magistrado, a Magistratura ou o Poder Judiciário, melhor dizendo, existe como serviço público.

Nós somos servidores públicos. Agora, a nossa função, enquanto servidores públicos, visa a paz social através de quê? Da solução dos conflitos, da solução de litígios existentes entre membros da sociedade, quer sejam pessoas físicas, quer sejam pessoas jurídicas, os próprios entes públicos, a União, os Estados, os Municípios. Então, para solucionar estes conflitos, que não foram solucionados ao nível de partes, recorre-se ao Judiciário. Assim o Judiciário tem um papel de serviço público, de paz social, de solução dos conflitos de

interesses existentes entre as pessoas ou entre as Instituições. Então é que não se pode perder a consciência deste papel que tem o Poder Judiciário. Nós não somos deuses, não estamos nem perto Dele, até era bom que fôssemos, mas não somos e temos que agir como gente.

Isso é fundamental, com sentimentos, com tristezas, isso não retira a imparcialidade que deve ter o Magistrado, mas essa imparcialidade tem de ser vista de outra forma, não tomar partido de um lado ou de outro, mas a imparcialidade não retira do Magistrado esse olhar profundo da realidade das pessoas, da questão que é posta, porque se tirasse, ele seria perfeitamente dispensável, com a tecnologia do mundo de hoje. Um computador faria o mesmo papel com absoluta isenção, porque os dados, os resultados ele faria. Se nós existimos é para que tenhamos este olhar profundo em cada processo que julgamos.

Agora você pede para eu descrever um pouco a minha vida de estudante. Movimentadíssima. Afinal, quem começou a fazer greve com 8 anos de idade, só pode ter tido uma vida muito movimentada de estudante. Naquela época, a Faculdade de Direito era coisa para homens, eram poucas as mulheres que faziam, minha turma tinha apenas nove, então o número era pequeno. Se a gente olha a relação de formandos da Faculdade de Direito, na história da Faculdade de Direito desde 1827, nós vamos ver que este número foi crescendo gradualmente. Mas, na década de 60, eu comecei em 62 e me formei em 66, então o número de mulheres era muito pouco. Mesmo assim eu participava do diretório, de todos os movimentos, embora nunca tivesse deixado de estudar, não atrapalhava a minha vida de estudante. Estudando, boa aluna, com atividade política na Faculdade, e também cultural, promovendo eventos, coisas até raras, exposições de pinturas e outras coisas desse gênero na Faculdade de Direito do Recife.

Até quebrando "tabus", porque você sabe que durante parte do meu curso, o Brasil vivia um momento de exceção, depois da Revolução de 1964, e eu me formei em 66. Nestes últimos anos vimos professores nossos serem afastados, cassados, isso pessoas que nós tínhamos afinidades, que queríamos bem. Aquela suspeita entre os colegas que alguém pudesse estar denunciando o outro; colegas também presos, tudo isso foi um momento difícil, enquanto atividade política. Eu me lembro que uma vez nós organizamos uma exposição de pintura e uma das telas era um Cristo nu, que foi considerado algo absolutamente obsceno e as forças militares mandaram retirar imediatamente o quadro. Era considerado como atentatório à moral e aos bons costumes, que também a Revolução se dizia guardiã. Então o Cristo nu foi um escândalo na época. Como também em 69, na versão do Auto da Compadecida, o Cristo negro chocou a opinião daqueles mais conservadores, porquanto não se admitia um negro, que

era um ser inferior, como o próprio Cristo, filho de Deus.

Então eu vivi essa época, que é rica em termos de experiência política e também, ao mesmo tempo, uma outra experiência grande, que era a afirmação da mulher.

A década de 60, o movimento de 68, aquela época era muito importante como afirmação da mulher no seu novo papel de participante ativa da sociedade, das profissões, quebrando "tabus", enfrentando incompreensões. Quando viajei para a Europa no final de 68 para fazer o curso de pós-graduação em 69, na Holanda, eu me lembro que o marido de uma prima de meu pai disse: "Se filha minha saísse de casa para estudar na Europa, quando voltasse não entrava mais". Ou seja, fazer um curso no exterior, ter recebido uma bolsa do Governo Holandês para fazer uma pós-graduação, em vez de ser motivo de orgulho, seria para aquele senhor um motivo de desonra.

Então essa época da década de 60 foi o movimento estudantil na Europa, em toda parte, uma grande revolução de costumes e para a mulher, substancialmente. Foi difícil aceitar que nós participássemos, que eu fosse candidata a Presidente do Diretório da Faculdade, que fosse a Presidente da Comissão de Formatura, que depois me candidatasse à Ordem dos Advogados, eu fui Vice-Presidente da Ordem dos Advogados quando mulher sequer conseguia uma vaga no Conselho. Então colocavam pessoas importantes para concorrer comigo para ver se conseguiam me derrubar, havia muito isso de não aceitação desse papel da mulher. Mas creio que dei a minha contribuição, nunca me intimidando diante de qualquer obstáculo que viesse a aparecer em razão da minha situação como mulher.

Duas coisas na vida nunca me impediram de fazer o que realmente desejei, sou uma obstinada: ser Mulher e ser Canhota nunca me impediu de fazer o que eu queria, nem tocar violão como destra, sempre fiz e acho que isso é importante na vida da gente, essa obstinação.

Que os estudantes saibam que a vida não é fácil, não é romance, tem obstáculos; todavia, é preciso ter determinação, precisam saber o que querem fazer, e fazer.

7) O que motivou sua escolha pelo curso de Direito? Alguma influência familiar ou de amigos? Existiu algum episódio que favoreceu a escolha?

Você vai achar graça disso que eu vou dizer. Como falei, minha família era praticamente toda de médicos, havia até um ditado aqui, com relação às famílias da Faculdade de Medicina, que se dizia: "Quem não é Marques é marcado, quem não é Coutinho é coitado". Então, eu como uma Coutinho gostava de estudar, a perspectiva era que fosse estudar

medicina, como meu pai, meus tios, já que eu não estava conformada ao Pedagógico e a ficar "esperando marido".

Mas eu não quis, eu quis fazer Direito, devia ser a vocação mesmo e sou muito feliz com minha profissão.

Houve um episódio que me marcou muito, o crime de Sacopã - o Tenente Bandeira, um episódio de muitos anos atrás, que, naquela época, era divulgado pela revista "O Cruzeiro", na qual saíam às matérias sobre esse crime de Sacopã.

VIDA PROFISSIONAL

8) Gostaria que contasse um pouco sobre sua trajetória profissional até chegar ao TRF 5ª Região?

É uma longa trajetória. Eu comecei a trabalhar, ainda estudante, como oficial de gabinete da Secretaria de Justiça. João Roma era o Secretário de Justiça e a ele quero fazer justiça. Algumas pessoas, acho que por ele ter participado da Secretaria de Segurança Pública na época do Estado Novo, achavam que ele era truculento, ou que tinha cometido atos não muito recomendáveis em termos de respeito às pessoas.

No Estado Novo houve uma ditadura muito pesada, em termos de Brasil, em todos os Estados, então havia essa imagem. Ele era primo de meu pai, foram criados juntos, porque o pai dele era juiz de direito no interior, e como ele queria estudar, veio estudar na casa de meus avós e foi criado como irmão de meu pai, e eu o considerava como se fosse um tio. Então eu vi João Roma ter gestos, logo depois da Revolução de 64, que me deixaram realmente impressionada com seu sentimento de humanidade, quando ele mandou que a secretária dele acompanhasse Dona Madalena Arraes ao Palácio do Governo, para que ela, sem ser molestada por qualquer pessoa, pudesse retirar todos os seus pertences. Eu cansei de ver e também de participar, levando encomendas, às vezes alimentos, à Casa de Detenção, onde havia presos políticos, que os familiares pediam para fazer chegar medicamentos, alimentos ou roupas, enfim, algo para os seus parentes presos. E ele mandava que nós, oficiais de gabinete, fôssemos lá entregar. Então, esse sentimento grande dele à Secretaria de Segurança no Estado Novo, numa época de exceção, se houve algum ato, que eu não sei que não fosse próprio, eu vi posteriormente tantos atos de humanidade, de sentimento, de respeito à pessoa, que, acredito, para mim fica esta última imagem. E eu sei que Dona Madalena há de se

lembrar que ele teve este gesto de máxima atenção e respeito para com ela.

Depois, já como estudante de direito, trabalhando, fui para a Assistência Judiciária. Novamente a minha trajetória de vida foi de contato com o pobre, com o povo. A Assistência Judiciária, que hoje se chama Defensoria Pública, era muito mais precária do que é hoje, porque nós trabalhávamos numa sala, num terceiro andar, no bairro do Recife e, como jovens, não podíamos descer porque era num horário considerado suspeito. Tínhamos que chegar e subirmos imediatamente; o chefe da época de lá da Assistência Judiciária era o nosso Professor Dr. Ruy Antunes, grande jurista, grande professor de direito penal e ele avisava “hoje vocês não podem chegar na janela do terceiro andar”. Onde nós trabalhávamos, dava para uma rua daquelas estreitas do bairro do Recife, onde havia pensões e cabarés, e essas coisas assim, e ele dizia: “Hoje vocês não podem chegar perto da janela”. Nós gostávamos muito de um leite maltado, que era famoso, servido ali embaixo, bem pertinho, mas, tínhamos que gratificar ao contínuo para ele ir buscar para nós, porque nós não podíamos descer para ir lá, não era aconselhável às moças de família que frequentassem, ali, bar para tomar leite maltado. Assim a gente mandava buscar para poder saboreá-lo através de um contínuo, que nos fazia esse favor.

A Assistência Judiciária foi uma experiência muito boa, tive contato com pessoas extremamente carentes, onde a gente descobre que muitos daqueles problemas levados como um litígio, na realidade, são problemas sociais. É a pobreza e o desemprego que levam às incompreensões na família. Há o ditado popular que diz: “Em casa onde falta pão, todo mundo tem razão”, uma coisa mais ou menos deste jeito.

Os conflitos surgem das necessidades. Muitas vezes a pessoa precisa de alguém que chame a outra parte, que lhe dê um “carão”, pois, muito mais do que jurídicos, os problemas eram sociais. Foi um aprendizado grande nesse momento, em que se frequentava a Penitenciária de Itamaracá com toda facilidade, não tinha nenhum risco no Sistema Penitenciário. Eu, Milta Paes e outras colegas íamos fazer as entrevistas para concessão de livramento condicional sem nenhum problema. Andávamos lá, na Penitenciária de Itamaracá, e fiz amizade com inúmeras daquelas pessoas que estavam lá sentenciadas. A Penitenciária aberta, havia casas onde muitos residiam com as famílias e realmente eu fiz amizades, muitos vinham para o Recife, para batizar o filho na minha casa, se fazia uma festinha de batizado para aquelas crianças e as meninas eram chamadas de Margarida. Ainda hoje, vem a este Gabinete várias Margaridas, filhas de ex-detentos sentenciados condenados na Penitenciária Agrícola de Itamaracá, porque a amizade continuou até hoje.

De lá, da Assistência Judiciária, como Assessora Jurídica, fui convidada por Marco Maciel para ser Chefe da Casa Civil. Este é um outro momento muito importante da minha vida, os oito anos que passei como Chefe da Casa Civil.

Você se recorda que era um momento de reabertura democrática, e nós assumimos exatamente depois do Governo de Moura Cavalcanti, é uma outra pessoa que eu também quero fazer um registro pela admiração que tenho: Dona Margarida Moura Cavalcanti, pelo trabalho que ela realizou no Palácio do Governo, de recuperação de peças, de recuperação do acervo, um trabalho muito importante, mas era um outro momento. Era um momento de abertura democrática, no qual as pessoas tinham que aprender a viver democraticamente.

Assim, aquele período de exceção havia passado e fazia-se necessário criar mecanismos para que a democracia fosse implementada, então tudo era experiência. Na época da Lei de Segurança Nacional fazer passeatas, organizar movimentos pela rua era crime, crime contra a Segurança Nacional. Depois desse momento democrático, então, as pessoas podiam fazer seus movimentos de protesto?

Creio que isso foi uma contribuição relevante que dei, obviamente, atendendo a uma orientação do Governador Marco Maciel: o que fazer com aqueles movimentos que chegavam à porta do Palácio, como receber, como tratar essa gente. Ora, você precisa usar um pouco de sua habilidade no trato com as pessoas e, ao mesmo tempo, uma certa lógica no encaminhamento. Evidentemente não podia chegar, num primeiro momento, ao Governador, os pleitos, que eram os mais diversos possíveis, desde as dificuldades que o Jornal do Comércio atravessava, naquele momento, até uma metalúrgica que estava sendo fechada no município de Abreu e Lima, com desempregados. Isso tudo vinha desaguar na Porta do Governador, ninguém sabia a quem pedir, acabou o tempo de “vá se queixar ao Bispo”. Então, iam para o Palácio. Se chegassem diretamente ao Governador, ele tinha que dar uma solução e não era possível, no primeiro contato com o problema (invasão de terras, invasão de áreas urbanas), então, isso tudo tem o seu encaminhamento. Logo, alguém precisava ouvir para depois tratar daquele assunto, a negativa, a solução intermediária ou a solução definitiva, para que o Governador pudesse então recebê-los. Era preciso um para-choque, precisava-se de alguém que fizesse esse meio de campo e essa pessoa tinha que ser eu, a Chefe da Casa Civil!

Lógico que isso tudo significava, como eu disse, uma construção de uma forma democrática e política de atender os movimentos de reivindicação. E, se eu era a intermediária, eu tinha que receber 100 pessoas, 200 pessoas, seria impossível. Receber um grupo, aquele grupo escolhido pelos próprios, quem os representaria, vez que todos esses

movimentos tem lideranças. Um grupo que fosse expressivo em termos do movimento, mas, ao mesmo tempo, não fosse tão grande que inviabilizasse o diálogo. Se eu recebesse 20 pessoas, eu não tinha como argumentar, enquanto eu tivesse respondendo à primeira pergunta, tinha dezenove pensando o que iria me torpedear depois. Então, você tinha que encontrar um meio termo, que o movimento de protesto se sentisse representado por aquelas pessoas, mas, ao mesmo tempo, desse condições de ouvi-las, de entender, de responder, de assumir pequenos compromissos, enfim, não podia ser com um grupo grande.

Até nós chegarmos a isso, foi um caminho de construção democrática, de ouvir. Esse foi um aspecto importante.

O outro papel importante que eu reconheço, também da Casa Civil naquela época, foi a retomada dos vínculos com a Igreja, sobretudo com a figura de Dom Hélder Câmara, que agora estaria completando 100 anos se vivo fosse.

Dom Hélder era uma pessoa encantadora, com quem fiz uma grande amizade e guardo nas minhas lembranças desse período com muito carinho. Era um interlocutor nosso. Todavia, Dom Hélder não podia, claro poder podia, mas, não era compreensível ele ir ao Palácio do Governo para falar com o Governador, nem o Governador ir à Igreja falar com Dom Hélder, precisava de alguém que fizesse essa interlocução, e esse alguém era eu, a Casa Civil.

Muita coisa foi resolvida silenciosamente, sem divulgação da imprensa, sem estardalhaço público, porque não interessava nem a ele nem a nós, a visibilidade, nos interessava a solução do problema. Então, inúmeros problemas foram solucionados: de saques no interior, de invasão de terrenos aqui, de ameaças sem que viessem a público.

Eu acho que o papel da Casa Civil, de certo modo, era ingrato para quem o exercia, porque ficava exatamente exposto de um lado e à sombra dos resultados, do outro, que não eram meus, se positivos, e sim do Governador.

A Casa Civil não tem obras a inaugurar, não tem placas a descerrar, não tem algumas comemorações a fazer, mas, tão só, dar esse suporte que o Chefe do Executivo precisaria num momento diferente que estava vivendo o País, que você acompanhou como era e como passou a ser.

Então, atendimentos de grupos de protestos, de reivindicações, a ligação com a Igreja, o recebimento de uma quantidade enorme de autoridades estrangeiras que começavam a vir, despertadas pelo novo momento do País, pelo que SUAPE começava a representar, em termos de futuro, e quem tinha visão de futuro sabia que ali estava um embrião que daria

excelentes árvores, muitos bons frutos na reestruturação econômica de Pernambuco. Então, a quantidade de visitantes estrangeiros era grande e também de Ministros para assinatura de convênios aqui. Na época, o Ministro Mário Andreazza, através dos seus convênios, tornou possível se construir 100 mil unidades habitacionais. Pensando isso hoje, é uma coisa fabulosa, não só unidades habitacionais, mas, também, saneamento básico, eletrificação, telefonia, interiorização do BANDEPE, logo, foi tanta coisa que a Casa Civil organizava mas, não era ela quem realizava.

Então, creio que esse foi o papel que eu tive na Casa Civil e que continuei a ter no Governo de Doutor Roberto Magalhães; porém, depois, fui para a área de educação.

Portanto, encerrado está esse ciclo. Quando eu estava na Casa Civil, me submeti a concurso público para Promotor de Justiça no Estado de Pernambuco. Algumas pessoas perguntavam: “Mas por que você? Certamente, o Governador lhe nomearia para uma Procuradoria”. Na época não era exigido o concurso de qualquer dessas empresas públicas ou autarquias, ou órgãos da administração indireta. Todo mundo queria ser Procurador da CELPE, do BANDEPE, do DETELPE, do DETERPE, não sei de onde mais.

Acho que talvez por vaidade eu entendia que devia fazer um concurso público, como as outras pessoas faziam, para assumir um cargo. Então, se eu me sentia mais confortável me expondo a um concurso, por que não?

Então, foi então que fiz concurso para Promotora, enquanto era Chefe da Casa Civil. Eu me lembro que uma pessoa chegou junto de mim e disse: “Você não tem medo que dê um branco na hora da prova oral?” O máximo que podia acontecer era eu ser reprovada, mas, achava pouco provável, porque eu tinha experiência de magistério.

(Uma coisa que eu queria falar à parte é minha experiência de magistério).

E sei que pode dar um branco, um nervosismo, a pressão, o ‘stress’, mas, acho que isto não iria acontecer. Graças a Deus não deu branco e fui aprovada em 1º lugar no concurso, mas, foi um concurso público, as pessoas viram a prova, podia assistir às provas quem quisesse, era aberto, era público. Isso me deixou muito mais confortável. Até depois, com a mudança de governo, eu podia assumir a minha Comarca. Comarca que conquistei através de um concurso.

Durante a minha permanência na Casa Civil, fiz não só o concurso para Promotora, como defendi a minha dissertação de mestrado. E tive na Banca pessoas como Everardo Luna, que era um grande penalista, e alguém de quem guardo excelente recordação, Tarcísio Burity, que também era Professor de Direito Internacional. Então, da Banca, por dois deles eu tenho o

maior respeito, a maior reverência, que eram o Professor Everardo Luna e o ex-Governador da Paraíba, Tarcísio Burity.

Depois da Casa Civil, fui para o Ministério da Educação. Marco Maciel era Ministro da Educação e fui trabalhar na área social mais direta, através de um Programa que foi muito criticado, e depois extinto. Eu lamento que às vezes no Brasil se extingam as coisas que não estão indo bem, e não se põe nada no lugar, como o MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos. Então, foi extinto, depois foi criada a Fundação EDUCAR; extinguiram a Fundação EDUCAR, como se extinguindo a Fundação acabassem com os analfabetos, o que não aconteceu.

Em vez de se reformular para que aquela Instituição fosse eficiente, que as pessoas deixassem de ser indicadas por apadrinhamento político nos Estados e sim por competência técnica, se poderia ter um resultado bem mais positivo. Hoje o número de analfabetos adultos não diminuiu, ao contrário, aumentou e não temos nada. Temos programas de educação de adultos, inseridos nas Secretarias de Educação, que não têm tido o resultado satisfatório.

Fiquei em Brasília um tempo até que houve a mudança de Governo, retornei a Pernambuco e fui para a minha Comarca ser Promotora, Promotora de Paulista, Promotora em Olinda. Foi uma experiência muito boa também, eu pesquisei muito nessa época, claro, eu fazia de cada processo um momento de estudo. E então, a estudar a situação da mulher, a mulher como acusada e a mulher como vítima. Então nos processos que eu atuava, eu fazia os apontamentos e guardava. Depois até apresentei um trabalho quando fiz o Doutorado sobre “A Situação da Mulher: como acusada e vítima”. Sobretudo sobre a violência doméstica, que situação era a da mulher, o que a tornava mais vítima da violência doméstica. A esposa, a ex-esposa, a amante ou companheira, ex-companheira, então isso tudo eu tenho anotado, fruto do meu próprio trabalho nesse período. Podia até ter publicado, mas não o fiz. Agora já faz tempo e a situação da criminalidade mudou muito também em relação à mulher.

Fiquei no Ministério Público, depois retornei a Brasília, novamente para o Ministério da Educação, como Chefe de Gabinete do Ministro da Educação. Também tive oportunidade de fazer muitas coisas interessantes, como por exemplo trabalhar com os Quilombos de Goiás, onde tive a oportunidade de visitar unidades quilombolas, que nunca tinham recebido a visita de nenhuma autoridade, e a chegada até esses locais foram aventuras fantásticas, porque usamos todos os meios de transportes, desde a canoa, cavalo, até chegar a comunidades completamente isoladas, onde as mulheres não desciam para a cidade, onde falavam um português arcaico. Foi uma experiência muito boa, em que eu levava para essa gente o que ela

mais precisava, que era a educação.

Eu quis ir para ver, foi uma aventura, uma aventura válida, da mesma forma com comunidades indígenas, que eu entendia e entendo que nós devemos ensinar o português, mas, devemos preservar os seus idiomas, a sua cultura. Não é que se abandone a comunidade indígena, absolutamente, mas não se deve retirar dela a sua força cultural, a expressão de séculos de uma cultura respeitada, isso também eu creio que no Ministério da Educação tenham sido dois pontos que eu pude atuar e que continuam dando fruto até hoje, que eram na área dos Quilombos e na área da educação indígena.

Passado isso, retorno ao Recife na condição de Pró-Reitora da Universidade Federal de Pernambuco, com duas vertentes: de Cooperação Internacional, dentro da área que eu me dedico de Direito Internacional e uma outra parte que eram os programas de extensão. Novamente volto eu para trabalhar com pobres. Os programas de extensão da Universidade estavam engatinhando no sentido de favorecimento às comunidades. Nesse trabalho passei um certo período. Depois, terminado o mandato do Reitor, fiquei algum tempo como Assessora, aqui no Tribunal, do então Juiz Francisco Falcão, durante dois anos e, de repente, voltei para a área de educação, a convite de Roberto Magalhães, para ser Secretária de Educação do Recife.

Bem, este convite para a Secretária de Educação do Recife chegou num momento muito oportuno na minha vida pessoal.

Eu tinha acabado de perder, há menos de um mês, a minha irmã, que era uma pessoa com quem eu tinha uma ligação profunda, e que morreu de uma doença, de um câncer, com muita rapidez e que me deixou meio sem rumo. Eu recebi muito apoio daqui, das pessoas do Gabinete, porque eu trabalhava, na época da doença dela, no Gabinete de Dr. Falcão, eram Lúcia, Lília, essas mesmas pessoas que continuam trabalhando comigo e trabalhavam naquela época.

Então, eu estava meio perdida, em termos de vida pessoal, eu tinha perdido uma metade de mim, minha irmã me completava de tal maneira com minha família, com meus filhos, com carinho, morávamos juntas e precisava arranjar alguma coisa que me motivasse a continuar com força, com determinação, que eu estava me sentindo frágil, muito só.

Quando veio o convite de Dr. Roberto Magalhães, fiquei angustiada em dizer a Dr. Falcão que eu ia deixá-lo, sobretudo, depois de ele ter sido extremamente generoso comigo e com ela. E como é que naquele momento eu ia deixá-lo? Mas ele compreendeu muito bem, a Secretaria de Educação veio preencher aquela grande perda.

Eu entendo que quando a gente na vida tem uma grande perda, tem que fazer uma

grande doação. Você, quando tem uma grande perda, não deve esperar que alguém venha, porque a gente se reencontra e esses amigos estão dispostos a somar quando você está sem novo desafio, porque sabem que você tem a melhor das intenções e pretende fazer o máximo por aquilo com que está comprometida.

Assim, com os meus amigos de Brasília, como também da área Internacional, do Banco Mundial, eu consegui um apoio fabuloso em recursos para a construção de escolas. Orgulho-me muito que no primeiro convênio assinado com o Banco Mundial e a Secretaria de Educação do Município, via MEC, para construção de sete escolas, com o mesmo dinheiro nós construímos dez. Isso causou surpresa ao Banco Mundial, a ponto deles mostrarem os nossos projetos com a seguinte observação: “Como se ser honesto na América Latina”. O dinheiro de sete escolas deu para construir dez. E isso é uma coisa referencial, essas dez escolas tinham 86 salas, dependendo do tamanho do local, variava o número de salas e o projeto era para eu construir 67 salas, então foram mais escolas com número expressivo de salas de aula. E isso entusiasmou os representantes do Banco Mundial no Brasil para que repassassem para nós, não só dinheiro para construir outras escolas, como também para reformá-las.

Dinheiro para reforma é um dinheiro que o Banco Mundial tem muito cuidado, porque precisa ter confiança. A construção de um prédio você pode calcular o valor dele por metros quadrados, pelo material empregado, mas uma reforma não, porque um prédio antigo, velho, desgastado, é um “sorvedouro” de dinheiro, você precisa confiar no gestor para poder liberar recursos para isso.

E assim nós reformamos mais de 70 escolas da rede municipal e deixamos livre o dinheiro do município para melhorar as creches, que não estavam contempladas no Projeto do Banco Mundial.

Na Secretaria de Educação nós fizemos escolas muito boas e bonitas, eu entendo que uma escola custa o mesmo preço, quer seja bonita ou feia, é questão de bom gosto. Porque o pobre tem que ficar numa construção simples, feia, por quê? Se aquela mesma construção vai custar o mesmo preço ou até menos, o mesmo valor, se for de bom gosto, se tiver um projeto bonito. Tanto isso atende, atinge, melhora, levanta o ego das pessoas, dos alunos que vão freqüentar, dos pais que vão levar, que vão se orgulhar do filho estudar numa escola que se destaca na Comunidade pela sua qualidade, pela sua beleza, pelo seu espaço físico acolhedor, do que se fosse uma escola feia. Por que a Escola tem que ser branca de janela azul? Claro que debaixo de um umbuzeiro se aprende a ler, mas, se é possível oferecer, eu vou oferecer o

melhor e o mais agradável e bonito. Eu me recordo que o engenheiro Dr. Luiz Carlos, que trabalhou comigo aqui no Tribunal, fez coisas fantásticas neste Tribunal. Dr. Luiz Carlos trazia projetos extremamente agradáveis, como por exemplo, uma barrinha de azulejo azul e vermelho que, agora, toda escola exhibe. É porque não custava mais, mas dava alegria naquele ambiente.

Era cor, se você colocasse um granito no banheiro era mais barato do que assentar azulejos e estava definitivo. Então as crianças diziam: parece que a gente está no banheiro do shopping, era mais barato até, e era mais bonito.

Então nós procurávamos, ao lado de investir na qualificação dos professores para que houvesse um melhor ensino, também tornar o ambiente escolar agradável e aprazível.

Eu tinha recursos para construir, para reformar, para melhorar e fiz isso. E ainda hoje, de vez em quando comentando sobre esse período, eu me flagro dizendo: “a minha escola”, como se ainda tivesse na Secretaria de Educação, da qual eu guardo as melhores recordações pessoais e profissionais. Então esse período da Secretaria de Educação foi extremamente rico.

Da Secretaria de Educação voltei à advocacia para me candidatar, pelo quinto constitucional dos advogados, para a vaga que era aberta com a nomeação de Francisco Falcão para o Superior Tribunal de Justiça.

Ainda na atividade profissional, devo fazer dois destaques: primeiro quando eu advogava, e advoguei muito, era procurada por mulheres para a separação. Na época não havia o divórcio, era o desquite. Elas se sentiam mais à vontade de trazer os seus problemas para outra mulher. Elas se sentiam mais à vontade de contar a sua vida. E também inventários, sucessão; a viúva se sentia mais à vontade de cuidar dos problemas com uma advogada mulher. E eu advoguei muito na área de Família e na área de Sucessões, tendo em vista essa condição de ser uma pessoa próxima ao cliente e todas se tornaram amigas, e até hoje muitas delas ainda são minhas amigas.

E dizer que ao longo de toda experiência profissional, ora técnica em educação, ora política, ora jurídica, eu nunca me afastava do Magistério.

Talvez o Magistério tenha sido a vocação mais forte na minha vida. Então eu ensino. A minha primeira aula dei na Faculdade de Direito da Universidade Católica, aos 22 anos de idade. Eu tinha me formado com 22 anos, hoje é que se formam mais cedo, naquela época não. Eu tinha me formado, eu entrei com 17 anos na Faculdade de Direito e saí com 22 anos, logo quando me formei. Dei a minha primeira aula antes de completar os 23 anos.

Da sala de aula eu só saía quando morava em outro lugar que não tinha como. Mas, estando no Recife, nunca deixei de ensinar. Aposentei-me da Faculdade e continuo ensinando voluntária na Pós-Graduação, dando aulas e participando de bancas, palestras, porque acho que o Magistério me dá uma perspectiva de vida muito enriquecedora. Eu aprendo muito com meus alunos e eles me trazem a força da juventude, aquele entusiasmo diante de um mundo, que com a experiência que tenho hoje, já os posso ajudar de uma maneira mais madura e mais objetiva, talvez até melhor do que na época que eu era apenas uma companheira deles. Era mais que companheira, participava das festas. Bom, cada época a gente ajuda da forma que pode. Então o Magistério, ao longo de todas as experiências que eu tive da política, da educação, foi uma constante e é uma constante na minha vida.

9) Fernando Pessoa diz: “...Deus quer, o Homem sonha e a Obra nasce...”

Em relação às aspirações criadas ao ser empossada no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, poderia citar alguma que se tornou realidade?

Quando aceitei a sugestão do próprio Ministro Falcão, de concorrer, na condição de advogada, à vaga deixada por ele no Tribunal, era uma opção de vida.

Consequentemente, a partir daquele momento cortei os laços com a atividade política. Não com as pessoas, não com os amigos, mas, com a atividade política. Eu ia ser uma magistrada e, como ta, tinha que agir dentro do que falei inicialmente, com aquele olhar profundo no humano e com a lei nas mãos. Logo, é um ponto fundamental a ser registrado esta desvinculação formal, pessoal e espiritual com a atividade política. Eu passei a ser uma magistrada e, como magistrada, deveria me portar nesses pilares da sensibilidade com o social e do direito que devia ser aplicado. Então é nesse patamar que eu construí, ao longo desses 10 anos que estou aqui no Tribunal, a minha vida de Juíza.

Teve alguma aspiração quando chegou aqui, o que gostaria de realizar, alguma coisa que pudesse ser dito?

É importantíssimo quando a gente assume a consciência da celeridade nos julgamentos. Você tem, como servidor público que é, servir da melhor forma ao público. E você poderá servir na medida em que dá pronta resposta, o mais rápido possível, àquele processo que está em suas mãos. Então eu cuidei, inicialmente, de colocar o meu gabinete em dia, com os processos que chegavam. A demora de processos em prateleira é incompatível

com os anseios da sociedade e com o direito que a parte tem, de ter o seu processo julgado, isso não significa que vai ser favorável a ‘A’ ou a ‘B’, mas é ter a resposta. Essa resposta é um compromisso de que ela seja dada o mais rápido possível, num tempo razoável. Evidentemente que a burocracia, os trâmites legais, o processo, nem tudo pode ser resolvido imediatamente, mas, dentro dos prazos. Então, o primeiro ponto é esse, é a prestação jurisdicional célere, com esse cunho de humanidade, ao mesmo tempo, aplicando da melhor forma possível o direito.

VISÃO TEMÁTICA

10) Pediria que falasse um pouco como está sendo e como foi sua atuação como Magistrada e Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Pequenos detalhes que marcaram, que deveriam ficar para a História da Instituição.

Eu trazia, como já lhe narrei, uma longa trajetória de administradora, de gestão, de não só julgar, porque já estava aqui no Tribunal, quando assumi a Presidência, mas também de administrar este Tribunal, que tem as Seções Judiciárias em 6 Estados, tem a sua vinculação, o seu orçamento, além da própria sede, que precisava ser administrada. Eu enfoquei dois aspectos, o aspecto judiciário e o aspecto administrativo. No aspecto judiciário procurei utilizar os meios da informática, modernos, que viessem a atender aquele meu compromisso com a qualidade e a celeridade, que foi a implantação do Esparta e outras ferramentas da informática. Fui eu quem batizou o projeto Creta com este nome. O nome do programa de informática que iria servir aos Juizados Especiais Federais de Creta, mas por que Creta? Quase todos os programas tinham nomes de locais da Grécia, Esparta, Tebas. Então, porque Creta? A história de Creta é a história do minotauro, do monstro. E, a da justiça, o monstro era a morosidade. O programa do processo eletrônico que visava à celeridade ia combater o monstro da morosidade, então, achei que dentre os nomes que pudessem representar, Creta seria o mais adequado, e ficou batizado. Podem até colocar outros nomes, mas, o nome original para os Juizados Especiais foi Creta, como um instrumento e mecanismo de combater a morosidade. Procuramos aqui, através das sugestões sempre muito próprias de Telma Motta, fazer a digitalização dos Acórdãos. Mais de 600 mil páginas de acórdãos foram digitalizadas, pois não era mais possível permanecer em papel, se consultando um a um quando se quisesse um precedente. Inúmeras medidas foram tomadas. No setor de

recursos tínhamos mais de 50 mil processos aguardando a admissibilidade dos recursos. Ao final da administração, eu tinha despachado 117 mil processos. Então, tudo isso faz com que a justiça seja mais rápida. As pessoas não podiam trabalhar no setor de recursos porque estavam sempre atendendo o advogado, um telefonema de alguém querendo saber notícias do seu processo. Isso desapareceu porque o processo entrava e, com pouco tempo, já estava despachado, sanou-se esse problema. Procurei implantar os Ciclos de Conciliação, pois para mim a justiça deve ser de resultado, a justiça não existe, repito, para o meu deleite, existe para servir àquele que nos busca. O acesso à justiça é um direito fundamental do cidadão, não sendo necessário apenas entrar na justiça, é preciso entrar e sair, porque entrar é muito fácil. O direito fundamental não é apenas o de entrar na justiça, é de entrar e, num tempo razoável, ter a sua prestação jurisdicional, que pode até ser contra o seu pleito, que não tinha, não encontrava fundamentos jurídicos, mas tem que se ter uma resposta. Isso pautou as ações que eu implementei no âmbito da judiciária, a celeridade. Com relação a outro ponto muito importante, os precatórios, foi quando estava iniciando o pagamento através das requisições de pequeno valor, frutos do juizado. Ora, como era possível, sobretudo no Estado de Pernambuco, que as pessoas fossem à Seção Judiciária muito bem edificada, no bairro do Jiquiá, receber dinheiro em espécie e sair ao “Deus dará” num lugar ermo, sem muita segurança, assalto na certa. Trouxemos o recebimento do dinheiro aqui para o Tribunal, evitando filas, para que a pessoa que veio atrás do seu direito fosse submetida a um tratamento adequado com a dignidade humana, então eles eram acolhidos na sala do Tribunal Pleno, por que não?! A sala do Tribunal Pleno não é minha, é pública, e estava servindo aos usuários da Justiça e a Caixa Econômica Federal tinha o dever de promover os meios para não deixar filas intermináveis expondo as pessoas a sol e a chuva, tinha que atender condignamente. A pessoa humilde que vem aqui receber seu precatório deve ter atendimento igual à autoridade que vem para uma solenidade, porque ambas são pessoas e como tal, devem ser tratadas. Evidentemente que o protocolo faz com que algumas autoridades tenham um determinado local para atendimento, a sua posição, mas, aquele que vem buscar um dinheiro que lhe era devido, nós não estamos fazendo favor. Pagar a quem deve não é favor, é obrigação; então, nós estávamos pagando um dinheiro que aquelas pessoas tinham direito há muito tempo e já estavam pagando com atraso, a destempo, tinham que ser recebidas pelo menos com dignidade. A partir de então a Caixa Econômica passou a estudar outras formas de pagamento, abertura de contas, depósito direto nas contas e o modelo de Pernambuco e da 5ª Região foi implantado em todo o Brasil, como respeito ao cidadão. Ao serem consultados em

um pequeno formulário, sem nenhum intuito de pesquisa técnica, perguntou-se o que eles iriam fazer com aquele dinheiro que estavam recebendo, e nenhum deu uma resposta de que iria gastar em algo supérfluo. Todos iriam utilizar nas coisas mais básicas: pagar dívidas, comprar remédios, fazer operação, consertar casa, coisas assim, vitais, que aquele dinheiro iria proporcionar. Então, nós aqui estamos sendo apenas intermediários e atuando como agentes públicos e existimos em função deles. No dia em que não houver litígio, no dia em que não houver conflito de interesses, desaparecerá a justiça. Nós existimos em função de nossos usuários, que são as partes e que os advogados representam. **Nós não existimos por nós mesmos, essa consciência tem de ser passada aos magistrados, nós não existimos por geração espontânea, nós somos frutos de uma necessidade social e só temos razão enquanto atendemos a essas necessidades sociais, senão seremos desnecessários.** A mesma coisa o professor. O professor existe porque há estudantes, o professor não é um semi-Deus ou Deus, ele existe para o estudante, sem estudantes não há professor, é uma relação de causa e efeito que não pode ser esquecida.

Na área administrativa também cuidamos de muitas coisas. Era uma época em que este prédio, embora novo, tinha problemas gravíssimos, tais como: elevadores modernos, rápidos, bonitos, mas que viviam com problemas, quebrando com frequência e sempre se observando a causa disso, era uma empresa que fazia a manutenção que não era tecnicamente capacitada para isso, mas, ao mesmo tempo, as máquinas tinham problemas antigos, soube-se que elas foram adquiridas na época da construção e ficaram ao relento durante um certo período, e provavelmente deve ter causado alguma deteriorização, a própria área portuária, então quando elas foram colocadas desde o início deram problemas. As cabines eram excelentes, então, o que fizemos foi a substituição das máquinas, dos motores. Isso nos deu problema? Deu sim, porque passamos grande parte da minha gestão em filas de elevador por um erro de construção, o fosso dos elevadores é único para três elevadores de cada lado, então eu não poderia parar as máquinas como desejado, tinha que parar três e depois três, isso deu problema, mas, acredito que depois de passado o período de incômodo, de demora, de espera, essas pessoas reconhecem que foi um trabalho valioso para as máquinas, até o próprio elevador privativo, vivíamos presos, quebrando, todas as vezes que chovia entrava água no fosso e parava o elevador, não era possível, numa cidade como Recife, que chove tanto, tinha que se tomar alguma providência, então os elevadores foram um dos pontos atacados.

Outro ponto gravíssimo o revestimento desse prédio, voavam pedras de mármore a cada momento, de cada lugar. Esse prédio permanentemente vivia com aqueles mantos verdes

de proteção, e na entrada também uma espécie de madeira e andaimes, coisas assim, para que quem entrasse no prédio não pudesse ser atingido eventualmente por uma pedra que se deslocasse. A solução técnica proposta em Pernambuco era “descascar” todo o edifício, ou seja, perder-se todo este mármore para colocar outro, isso demoraria tempo, na época de chuvas haveria infiltrações, além do custo altíssimo. Todas as tentativas anteriores de preservar, de fixar essas pedras tinham sido infrutíferas, em dois, três anos o serviço era refeito a um custo muito elevado e não havia resultado definitivo satisfatório.

Então, foi consultado o Instituto de Tecnologia de São Paulo, que sugeriu uma forma de fixar sem perder, e foram perfuradas pedra a pedra, para se colocar um grampo de fixação inoxidável, para não ser corroído pela maresia, e injetar um produto que pudesse fixar essas pedras. Felizmente já são passados 5 anos ou mais deste serviço, espero que continue assim, já tirou o preço, que foi menor que os paliativos que vinham sendo executados, era o mais barato e mais definitivo. Então, não se ver mais aquele verde cobrindo, as pessoas queriam fotografar este prédio e não podiam, porque sempre tinha um andaime ou alguma coisa que impedia a visão completa.

Outro aspecto também sério era o ar condicionado, que foi colocado na época da construção do prédio e era movido a água. Nem o serviço de fornecimento d'água da COMPESA, nem tanque ou o poço que tinha sido perfurado, davam conta da necessidade do ar condicionado. Tinha-se permanentemente um carro pipa abastecendo, eram 120 carros pipa ao mês, não se tinha como conferir a qualidade dessa água, nem se os carros vinham realmente cheios. A essa altura, substituímos o ar condicionado por um mais moderno que não usa água, gerando economia, como também um consumo menor de energia. As pessoas viviam sempre com problemas pulmonares do ar, que trazia algumas infecções pulmonares, até então o Juiz Castro Meira chegou a ter um problema de saúde por causa do ar. Acredito que continuem na manutenção dos dutos condutores, mas a qualidade do ar foi muito importante ser mudada. As contas de energia estavam elevadas, embora a mudança dos motores dos elevadores, que passaram a ser sincronizados, o que não ocorria antes, e o novo ar condicionado tenham contribuído para baixar o consumo de energia, todavia, o preço da tarifa elevou-se, conseqüentemente, absorveu aquela redução, que nós tínhamos conseguido por outros meios.

Então se pensou em fazer um tanque de termoacumulação, durante a madrugada, quando a energia é mais barata, já que a energia não tem o mesmo preço durante todo o dia, havia no tanque de termoacumulação o congelamento da água, se fazia gelo e à tarde, na hora

de pico, dentre 16h30 e 17h00, quando a energia é mais cara, deixaríamos de usar a energia fornecida pela empresa distribuidora e utilizaríamos a que ficou acumulada durante a noite. Então, de madrugada, usariamos a energia barata e na hora da energia cara desligariamos o fornecimento e usariamos a energia barata acumulada, o que, conseqüentemente, diminuiria expressivamente o valor pela proposta que me foi apresentada. E assim começamos a obra, nem tudo deu tempo de ser realizado, dois anos passam rapidamente. O projeto, não consegui concluir, eu mesma fui tentar localizar, dentro da área do Tribunal, qual a área adequada para ser construído o tanque de acumulação, para que não estragássemos o estacionamento, que era recente e tinha sido caro, e nem dificultar o acesso dos funcionários, tomar vagas de estacionamento se havia um espaço ocioso onde poderia ser construído 10 ou 15m de tubulação, sei que o custo benefício para colocar uma tubulação maior era muito mais barato do que quebrar o que já estava construído, pronto e sendo utilizado mas, não deu tempo de ficar pronto e a obra ficou parada por vários anos.

Só recentemente, graças à sugestão do nosso colega Vladislave, que levou ao Presidente e foi acolhido, esse projeto teve continuidade, ficou pronto e desde o dia 13 de janeiro deste ano está funcionando e, certamente, no dia 13 de fevereiro próximo se poderá fazer um cálculo do quanto a menor será a conta de energia elétrica do Tribunal, e eu tenho a certeza de que todos se surpreenderão com a economia. Lamentavelmente, este projeto ficou parado vários anos, sob o argumento de que estaria errado, que não iria funcionar, o que é um argumento falso, tanto que está funcionando e muito bem. Então essa iniciativa do Presidente José Baptista, com a sugestão de Vladislave, de dar continuidade a esta obra parada, que me incomodava profundamente, uma obra parada é um desrespeito à sociedade que paga seus impostos, e que haja um investimento sem que dele se tenha um resultado positivo. Comoveu-me o dia que Vladislave subiu, junto com Roseana, para me dar essa informação, e ele, muito gentilmente, não me disse, no período em que estava dando continuidade, talvez até para que eu não ficasse preocupada se realmente era verdadeira ou não aquela colocação de que o projeto estava errado. Ele só veio me dizer sobre o projeto com dois dias de funcionamento, com sucesso. Então isso foi uma coisa que me gratificou profundamente, e está sendo colocado pelo Presidente José Baptista dentre as ações relativas ao meio ambiente, a partir do momento em que você está utilizando uma energia limpa, você está contribuindo para o projeto de um ambiente mais saudável, então, essa dupla finalidade do projeto de termoacumulação deixa qualquer um que teve a iniciativa de iniciá-lo, como também quem teve a iniciativa e confiança de investir na conclusão, extremamente realizados.

Tem ainda duas coisas, dentre as muitas que estão no relatório de atividades, que eu gostaria de destacar. Uma é esse pequeno prédio construído em frente da praça, aqui em frente ao Tribunal, o Anexo III, que foi construído em cima de ruínas, praticamente, que adquirimos a um preço relativamente baixo, que era um frigorífico abandonado e que, com o projeto do arquiteto José Luiz da Mota Menezes foi totalmente recuperado, e tinha a finalidade de colocar a parte administrativa do Tribunal bem próximo, para desocupar alguns andares deste prédio, a fim de atender à proposta daquela época de ampliação do Tribunal. Então, a proposta que eu levei ao então Presidente do STJ, o Ministro Edson Vidigal, de ampliação de 15 para 27 Desembargadores, exigia que houvesse espaços para esses gabinetes, para novas turmas, enfim, que se otimizasse esse prédio, que é uma construção nobre, de alta qualidade e maior aproveitamento desses espaços. Construir um outro prédio igual a este seria um sonho, mas, o momento econômico não permitia, e a sociedade também não concordaria com outra torre igual a esta para atender aos novos desembargadores. Então a solução mais prática e mais barata dentro do nosso orçamento foi a recuperação e a construção desse prédio próximo, que é o Anexo III, que está destinado a essa finalidade administrativa, no momento em que vier a ampliação do Tribunal, que eu espero que venha logo.

E o outro e último aspecto nesta parte administrativa, que eu gostaria de destacar, também voltado para o lado social, foi a completa recuperação do prédio da Av. Dantas Barreto, que pertence ao Tribunal, estava abandonado e poderia ser muito bem utilizado para a sua finalidade social nos Juizados Especiais. Eu disse há pouco que os Juizados, quando funcionavam no Jiquiá, na sede da Seção Judiciária, deixavam ao desabrigo as pessoas, no que diz respeito ao acesso, ao retorno, à permanência, não era compatível com uma atividade eminentemente social que temos nos Juizados. A vinda desses Juizados para cá ensejou um custo mínimo para o Tribunal, porque foi a Caixa Econômica Federal que bancou a maior parte da reforma daquele prédio, que também não deu tempo de concluir na minha gestão, e eu o chamo de Fórum Social, que atende de forma digna, clara, eficiente, aquelas pessoas que necessitam e que, para chegar a esse local, gastam apenas uma passagem de ônibus, quer sejam do Recife, quer venham do interior e usem o metrô, está facilmente acessível a essas pessoas, sem maiores despesas. Sabemos que a maioria dos usuários são pessoas idosas que não podem vir sós, vem acompanhados e o custo de passagem, permanência, de fazer um lanche, de tomar uma condução é importante e, sendo na Av. Dantas Barreto, tendo elevador, fica mais acessível ao idoso, ao menos favorecido. Enfim, procuramos eliminar quaisquer

empecilhos para que eles fossem dignamente recebidos. O Fórum Social é algo que eu tenho como grande realização.

A interiorização da Justiça Federal é um ponto importantíssimo para as Seções Judiciárias, porque a Justiça Federal, que era tida pela sociedade como justiça dos ricos, posto que cuidava das grandes empresas com a discussão no Tribunal sobre tributos, alíquotas, pagamentos, dinheiro, enfim, hoje é muito mais justiça dos pobres, porque é a justiça da previdência social, o que mudou totalmente essa visão. Se a sociedade não está suficientemente informada sobre isso, é uma pena. Mas, hoje, a Justiça Federal atende, quantitativamente, a pessoas que são humildes, aposentados, pensionistas da Previdência Social e que, às vezes, vão buscar uma pequena diferença de 5 ou 10% nessa pensão, ou nessa aposentadoria, vital para a sua sobrevivência. A interiorização da Justiça Federal fez com que essas pessoas, o trabalhador rural, a trabalhadora rural que não poderiam jamais chegar a uma capital e se valiam da Justiça Estadual, em função delegada, e conseqüentemente mais morosa, agora se desloquem até a sede da Justiça Federal e tenham seu atendimento. Assim, a interiorização trouxe, com certeza, um grande avanço na face social da Justiça Federal.

11) Que importância política e social a Senhora atribui à criação do TRF 5ª Região, há quase vinte anos?

A Constituição de 1988 estabeleceu a criação dos Tribunais Regionais Federais. Antes havia o Tribunal Federal de Recursos e você, que deve ter falado com as pessoas que escrevem sobre a história da Justiça Federal, saberá os altos e baixos que ela teve ao longo do tempo, em razão de fatos até políticos em 1937, no Estado Novo, na época da ditadura, quando foi extinta a Justiça Federal, depois foi recriada num outro momento. Talvez até os instituidores pensassem que ela teria um outro papel, mais adesista ou subserviente, o que não aconteceu. Então, entre esses altos e baixos da Justiça Federal, houve um momento em que havia o Tribunal Federal de Recursos, as Seções Judiciárias com as Varas, mas, faltava alguma coisa no meio. O Tribunal Federal de Recursos recebendo processos de todo o país, estava ‘assoberbadíssimo’, então, a divisão, o desmembramento desse Tribunal Federal de Recursos em 5 Tribunais Regionais Federais foi de máxima utilidade, para a eficiência não só social, mas, da prestação jurisdicional. Assim o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim como todos os demais, tem esse papel. A 5ª Região não ficou no formato que tinha sido

pensado inicialmente, na 5ª Região não ficou integrado a Bahia, mas, isso por uma razão política, então, a Bahia ficou com a 1ª Região, cuja sede é Brasília.

Talvez achassem que seria um “capitis deminutio”, sendo o Recife a sede do Tribunal, isso significasse algo de menor importância para a Bahia, e sendo Brasília o local da sede da 1ª Região, algo mais importante, então, nós tivemos essa perda.

Como deveria refletir juízes dos Estados da própria Região, haveria indicações de juízes oriundos da Seção Judiciária da Bahia, o que para nós é uma grande honra termos tido na nossa composição originária um juiz como o nosso Desembargador Lázaro Guimarães, que honra qualquer Tribunal a que pertença. Mas, a Bahia não ficou, como também Minas Gerais, na 2ª Região, que seria junto ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro. Minas Gerais, como a Bahia, ficou na 1ª Região. Se você olha o Mapa do Brasil desenhando as Regiões, você não consegue entender a 1ª Região tão grande, e aquele outro aspecto das peculiaridades regionais, das questões culturais, desapareciam da 1ª Região, porque a Bahia nada tem haver com a Amazônia, ou Minas Gerais com o Amapá, Rondônia ou Acre. Então ficou uma área geográfica extremamente extensa com 14 Estados, eu acho. Durante esses anos tem havido projetos de criação de novos Tribunais Regionais, mas até agora nenhum deles prosperou, continuam os cinco que a Constituição previu, previu corretissimamente.

II PARTE – Recife, 18 de março de 2009

12) Durante sua atuação neste Tribunal, poderia citar alguns julgados que considera mais relevantes para o Tribunal e/ou para a Sociedade? E quais desses poderiam estar num Espaço Memória do TRF 5ª Região com o objetivo de servir a pesquisas de estudantes, acadêmicos e público em geral?

Há muitos julgados ao longo desses 20 anos, já se julgou tanta coisa, mas sempre há aqueles que são mais relevantes, que têm uma maior repercussão, não só na Justiça Federal como na Justiça dos Estados.

O que eu citaria em primeiro lugar seria a união estável de pessoas homossexuais e o reconhecimento da pensão estatutária. Havia um precedente do Rio Grande do Sul para o caso de pensão meramente previdenciária, não havia nada com relação à pensão do funcionário regido pelo estatuto, pelas leis do servidor público. Eu creio que esse processo é todo uma criação, uma arquitetura jurídica de interpretação do texto da Constituição, das leis e

reconhecer que havia uma lacuna de um fato da sociedade real, existente e que o direito não pode fechar os olhos diante de situações concretas. Então, de acordo com as próprias normas existentes e os mecanismos de integração, de interpretação da norma, chegamos à conclusão da possibilidade de concessão da pensão para o companheiro ou companheira homossexual, desde que comprovada faticamente aquela relação. Seria uma intervenção, seria uma atuação indevida no que é personalíssimo de cada cidadão ou cidadã. Acho que a justiça não deve se imiscuir nas opções pessoais, apenas tem de reconhecer os casos concretos e dar a solução adequada. Este voto, que eu até fiz uma pequena plaqueta, tem sido objeto de estudo em várias faculdades do País. Recebemos solicitações de informações de muitos estudantes, como também eu tenho recebido, ao longo desses anos, convites para palestras sobre o referido assunto. Quando levei para apreciação da Turma, não sabia qual seria a reação dos meus dois colegas que a integram, pois era um voto ousado. Na época, eu integrava a 1ª Turma deste Tribunal com os Juízes Castro Meira e José Maria Lucena. Então, eu imaginava que o máximo que poderia acontecer era eu ficar vencida, mas eu sabia que ficar vencida faz parte das atividades de um órgão colegiado. A riqueza do colegiado está nisso, na diferença de interpretações, na convivência de opiniões e o respeito à opinião de cada um. Então, levei o voto; o primeiro a votar foi o Desembargador Castro Meira, que me acompanhou integralmente e, em seguida, votava o Desembargador José Maria Lucena, que, embora um homem do interior do Ceará, aonde nós sabemos que as tradições são mais conservadoras, ele, como humanista, aliás, ambos como pessoas de cultura muito rica e profunda, souberam aquilatar, entendo eu, a correção do meu raciocínio jurídico aplicável à realidade da vida, que não havia porque o juiz se omitir.

Um tema tão relevante, para nós Magistrados, são aqueles votos que saem da rotina, e que nos dão uma satisfação especial. Acontece que nem sempre com aqueles votos nós somos vencedores, podemos ficar até vencidos, mas, o importante é a convicção do Magistrado daquilo que está votando, eu tenho a convicção de que aquela é a posição certa, pode nem sempre ser a mesma dos demais integrantes da Turma, ou do Pleno, mas, a consciência de cada um tem que ser preservada.

E eu lembraria outro caso em que fui vencida, que tenho certeza que no futuro essa posição será revista. Diz respeito àquelas pessoas estrangeiras que são condenadas no Brasil pela lei brasileira. Como você sabe, o Brasil hoje têm inúmeros Tratados Internacionais com outros Países, nos quais é permitido que alguém que seja condenado no Brasil, sendo estrangeiro, vá cumprir a pena no seu país de origem. E por quê? Porque é muito mais fácil a

readaptação, a ressocialização de um apenado no seu País, onde fala a mesma língua, onde poderá ter o apoio de familiares, onde poderá participar de atividades úteis à sociedade, de um trabalho remunerado, enfim, de se reinserir na sociedade. Eu não vejo a pena apenas como uma punição, isso seria uma visão antiga e muito pobre. A visão moderna e a visão que todos nós, como julgadores, devemos ter ao aplicar uma pena, é que ela seja obviamente um mecanismo de reprimenda diante do fato praticado, do ato ou dos atos praticados por cada indivíduo, mas, deve ser também um caminho de reinseri-lo na sociedade. E para o estrangeiro que está no Brasil, que muitas vezes não fala o idioma, nem tem condições de aprender na penitenciária, é importante que vá para o seu país de origem. Eu só lamento que essa prática, que é largamente utilizada na Europa, tenha surgido mais por pressões diplomáticas. Um caso famoso foi o sequestro do empresário Abílio Diniz, do qual participaram chilenos, canadenses, argentinos e brasileiros. O governo do Canadá fez pressões junto ao governo Brasileiro para que os apenados, que já haviam cumprido uma parte da pena no Brasil, fossem para o Canadá concluir o período ainda restante e, no mesmo sentido, vieram os argentinos, após a celebração de tratado com o Canadá, e depois os chilenos. A partir de então se tornou uma prática mais larga, tenho participado de estudos e conferências nesse sentido. Acho, além de tudo, que é uma despesa desnecessária, porque se sabe do custo de um presidiário por mês o quanto é elevado, e que o nosso país fique arcando também com esse ônus financeiro, quando o nosso sistema penitenciário já é tão precário. Se em Pernambuco e no Ceará esse número já é expressivo de estrangeiros, você imagine em São Paulo, no Rio de Janeiro. Tenho certeza que em São Paulo esse número ultrapasse os 300 a 400, então seriam pessoas que poderiam voltar a ser úteis à sociedade nos seus países de origem.

E isso aconteceu no caso do Ceará, aonde a condenada era espanhola e o Brasil já tem um tratado em vigor com a Espanha e isso não é recente, tem alguns anos. Eu entendi que ela poderia ir cumprir a pena na Espanha, tinha sido mãe, estava com um bebê recém-nascido que precisava de cuidados médicos, e ela no Brasil não tinha plano de saúde; então, vi também que estávamos estendendo a pena àquela criança, vi que a criança também estaria sofrendo com a pena imposta à mãe que, ao meu sentir, não seria justo. Dentro de outros tratados internacionais do Estatuto da Criança e do Adolescente, nós estamos impondo uma pena, que sequer é aplicável ao brasileiro menor, a um bebê recém-nascido que nada contribuiu para um fato delituoso. Por essa razão, votei pela possibilidade de que esta senhora fosse para a Espanha, a fim de que lá cumprisse sua pena e essa criança, junto à família da

condenada, tivesse um tratamento digno de um ser humano, o que não estava tendo no presídio do Ceará. Então são coisas que, tenho certeza, no futuro serão vistas e que eu, reiteradamente, falo na vigência desses Tratados Internacionais, até porque, dentre outras razões, é o que eu ensino na faculdade e eu não ajo no Tribunal diferente do que ensino, embora uma parte seja teórica, seja o magistério, eu não ensino o que não acredito, e também não julgo diferentemente do que a minha convicção indica.

Eu sempre vibro com esses casos novos. Ontem o Desembargador Lázaro falava que eu sempre levo um caso novo, me recordo de um da Paraíba, com relação ao mar. Nesse também há implicação de direitos humanos, o caso de navios estrangeiros fretados por empresas consideradas brasileiras, embora entre os sócios se constate um grande número de estrangeiros. Esses navios pesqueiros de atum passam o mês todo no mar e vêm apenas uma vez durante o mês para o porto de Cabedelo, a fim de descarregar o pescado. E a situação dessa tripulação é muito precária do ponto de vista dos direitos humanos e a minha posição é que o navio pesqueiro, estando na zona econômica exclusiva, se subordinará, em determinados aspectos, à legislação brasileira, inclusive no que diz respeito à condição da sua tripulação. A zona econômica exclusiva é matéria relativa à convenção nacional sobre o direito do mar; nessa área o país tem uma soberania restrita, não é tão ampla e plena como tem no seu mar territorial, que hoje é de apenas 12 milhas na zona econômica exclusiva, ou seja, nas 188 milhas restantes da velha largura do mar territorial de 200 milhas se chamou de zona econômica exclusiva, na qual o país costeiro tem a exclusividade de alguns direitos; todavia, a questão se punha sobre um navio estrangeiro que tinha sido fretado por uma empresa brasileira. Eu defendi e nesse caso o meu voto foi majoritário, embora não tenha sido unânime na Turma, fui seguida, com muita honra para mim, pelo Ministro Castro Meira, que, aliás, era o relator da matéria que vinha da Paraíba, tendo prolatado a sentença o juiz José Fernandes, e pedi vistas e fiz um voto complementar ao Desembargador Meira, não no sentido de alterar o fundamento jurídico da parte dele, que estava preciso, mas, para agregar essas noções relativas ao Direito do Mar e ao conceito de zona econômica exclusiva, e o que eu chamo de soberania específica, que depois foi transformado num artigo e que ficou hoje como referência na área acadêmica como a forma de soberania do País costeiro na zona econômica exclusiva.

13) Pela sua experiência, gostaria que dissesse se é possível ao magistrado ser sempre imparcial diante da influência da opinião pública, dos movimentos sociais e dos outros Poderes? Pode falar um pouco sobre o tema?

O magistrado não é que possa ser imparcial, ele deve ser imparcial. Evidentemente que nós somos todos seres sociais, estamos na sociedade, sabemos muitas vezes de fatos, ou temos o sentimento do povo relacionado a certas situações; todavia, isso não pode interferir nos nossos julgados. Mais do que no Tribunal Regional Federal, onde as questões, em sua maioria, são puramente de direito, isso se sente com muita força no Tribunal Eleitoral, do qual eu também sou integrante e participo representando a Justiça Federal. Porque lá, sim, qualquer problema tem sempre duas facções aguerridas em situações opostas, e o Magistrado tem que ter a prudência, o equilíbrio para julgar de acordo com o que está nos autos. Se as partes não forem hábeis, não conseguirem, por qualquer razão, trazer aos autos fatos que arguem, nós não podemos julgar diferentemente daquilo que consta no processo, porque, claro, nossa decisão viria a ser em outra instância modificada.

Então, acho essa imparcialidade do magistrado difícil, exige coragem, não é fácil você ter uma posição que vá de encontro a interesses de pessoas que muitas vezes são suas conhecidas, que você tem amizade, mas, de forma nenhuma você vai julgar contrário à sua convicção e essa convicção é extraída do que está nos autos. O disse me disse acontece se não estiver provado, não é possível se ceder a esses apelos externos. Ouvir, receber, atender os patronos, receber os memoriais, isso faz parte da advocacia e em nenhum momento significa comprometimento você ouvir e atender um advogado que traga um memorial ou que venha expor uma situação, ou chamar a atenção para um detalhe de um processo, a mim isso não traz qualquer problema, mas, a distância existe entre o que está sendo dito verbalmente e o que consta nos autos. Desses autos não podemos nos afastar. É comum, é frequente e posso lhe dizer que em quase todos os processos do Tribunal Eleitoral há uma certa pressão. Não posso dizer pressão, porque pressão não se admite que o magistrado receba, mas essas informações laterais. Todavia não podemos nos afastar da realidade do processo, a nossa imparcialidade é a marca de um magistrado, ele não pode ser insensível, ele tem de ser sensível, mas, nunca, parcial.

14) Diante da condição de Magistrada, alguma vez já proferiu decisão contrária ao seu sentimento pessoal de Justiça?

Não, o que pode haver é que, muitas vezes, seguimos a orientação dos Tribunais Superiores, inclusive, hoje, há até as Súmulas Vinculantes em questões meramente de direito. Você tem uma posição, a interpretação de um determinado dispositivo de lei e acompanha o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, as Súmulas existentes, mas sempre ressaltando o seu entendimento pessoal, porquanto essas Súmulas e entendimentos às vezes mudam e processo é história, ninguém pense que processo se encerra quando há o arquivamento, quando há a baixa dos autos para os arquivos. Muitas vezes anos e anos ou até séculos depois, algum historiador vai buscar num processo uma realidade, vai buscar num processo uma resposta para alguma situação sociológica. Ontem mesmo eu li um material extraído de um inventário do século XIV, na cidade de Goiana, que dizia respeito a uma família, a herança, claro que não é matéria da justiça federal mas, por interesse até sociológico, foi remetido para o meu e-mail esse material e tive o cuidado de ver e refletir que era um inventário do século XIX e que se trazia à tona para ver os direitos de determinada família, uma parte que poderia ter sido preterida em direitos hereditários. Um outro processo, também do século XIX e que também é referência, diz respeito a Joaquim Nabuco, que, ainda estudante da Faculdade de Direito, participou de um júri de um escravo, o escravo teria assassinado o patrão, que o humilhara. E então, Joaquim Nabuco fez toda uma defesa calcada na legítima defesa da honra, coisa que escravo não teria, por não ser considerado pessoa, e não sendo considerado pessoa, não poderia se falar em honra. Mas ele, jovem estudante, teve essa brilhante visão e é considerada referência hoje na doutrina do direito penal da legítima defesa da honra, feita em pleno século XIX por um jovem estudante sobre um escravo acusado e que conseguiu, de certa forma, alguma vitória nesse reconhecimento da tese.

15) Durante sua trajetória no TRF, lembra-se de algum fato marcante envolvendo a relação da atuação da OAB, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública Federal ou de algum outro órgão que mereça um destaque especial?

Sim. Eu poderia dizer que nessa minha trajetória do Tribunal há algo relevante que é a mudança de postura dos representantes da Advocacia Pública e do Ministério Público. Nós, há anos atrás, não tínhamos memoriais, não tínhamos sustentação oral feitas por aqueles que defendiam o ente público. Sempre o advogado que subia na tribuna era advogado do particular. Recordo de um fato engraçado, de quando eu ainda integrava a 1ª Turma, juntamente com o Ministro Castro Meira e o Desembargador José Maria Lucena e foi à

tribuna, porque aqui no Tribunal não se tem o hábito que existe no Tribunal Eleitoral, de qualquer advogado, por mais conhecido que seja, antes de começar sua sustentação oral dizer o seu nome, o número da OAB e a parte que está patrocinando. Aqui não, o advogado subiu à tribuna e começou a fazer a sustentação oral no sentido oposto aos interesses do particular e o então Desembargador Castro Meira me passou um bilhete brincando dizendo: “Quem tem um advogado desse, não precisa de inimigo” e a tal ponto era contrário ao interesse do particular, que Dr. Meira o interrompeu e perguntou: “Você é advogado de quem?” E ele era advogado do Poder Público! Isso foi interessante porque já denotava que o representante do Poder Público, Procurador, Ministério Público, já estava mais atuante e mais presente, atendendo aos interesses públicos. Houve também, eu registro sempre o caso, que talvez tivesse sido um dos primeiros aqui no Tribunal a defender um órgão público, que era um advogado procurador da CODEVASF. Esse senhor não perdia uma sessão do Tribunal aonde um processo da CODEVASF fosse julgado. É o caso de uma enchente do Rio São Francisco, que causou danos a um projeto de assentamento da CODEVASF em Alagoas e as partes prejudicadas vinham pedir indenizações à CODEVASF e esse senhor estava sempre presente, repetia a sustentação oral, não se cansava, mesmo tendo feito aquilo várias vezes. Eu me recordo também de um episódio engraçado. Reiteradamente estavam esses processos em apreciação e um dia ele foi à tribuna para começar a sustentação oral e o nosso querido Araken Mariz, com aquele jeito dele muito rápido, muito prático, disse: “Nós já sabemos todos os argumentos que o senhor vai dizer aqui, é tão frequente sua participação aqui na tribuna do Pleno” Ele pediu para que se permitisse fosse feita a sustentação, porque a Dra. Margarida tinha tomado posse e ela ainda não tinha ouvido os seus argumentos. Isso demonstra que os Advogados Públicos e o Ministério Público estão mais atuantes, não posso dizer que as peças, que eram feitas em modelos antigos de trabalho junto ao Tribunal, fossem de qualidade inferior. O que há é essa presença e a atuação como se fosse um advogado particular. Lendo memoriais, procurando falar com os Desembargadores para expor sua opinião, enfim, uma atitude muito mais pró-ativa e isso é algo que merece ser registrado.

16) Como avalia a fiscalização exercida pela Ordem dos Advogados do Brasil em face da conduta ética de seus filiados?

Eu integrei a Ordem dos Advogados, cheguei a ser vice-presidente da OAB –PE, sendo a primeira mulher no Brasil que chegou a exercer essa posição na Ordem dos

Advogados. Hoje a quantidade de advogados é muito grande, as dificuldades também para conseguir os seus espaços aumentam. Naquele tempo em que eu advogava esse número era menor e esse controle poderia ser feito de forma mais efetiva. Claro que agora há as subseções, que eu não sei quantas a Ordem dos Advogados tem em Pernambuco, mas, sei que são várias, o que torna mais fácil esse controle e fiscalização, no interior. Há as Comissões de Ética, que avaliam, vez por outra recebemos ofícios indicando alguns advogados que teriam sido punidos, mas ultimamente não tenho recebido esses ofícios. É importante, porque a idéia que às vezes a sociedade tem do advogado fica distorcida, um mau profissional muitas vezes contamina toda uma categoria e a pessoa é sempre levada por aquele que a tratou mal ou que cometeu alguma incorreção no trato profissional a atribuir a todos. Isso não é só um problema do Brasil, eu me recordo que nas minhas andanças, nem sei onde está guardado, mas encontrei um quadrinho na Itália que falava sobre a diferença entre o médico e o advogado, que o médico primeiro tira a roupa da pessoa e ausculta, no sentido de ouvir e o advogado era o contrário, primeiro auscultava e depois tirava a roupa das pessoas, dá uma idéia de incorreção do profissional do direito, o que não é válido para a maioria, como em qualquer outra profissão, como em qualquer outra atividade, isso é da natureza humana haver os corretos e os incorretos. Eu faço votos para que a Ordem dos Advogados continue a exercer o seu mister, para que os bons não padeçam em razão daqueles que não exercem a profissão não só de acordo com o julgamento na hora da formatura, mas quando integram a Ordem dos Advogados.

17) E as recentes operações da Polícia Federal e sua ampla divulgação na mídia?

Confesso que não gosto da exposição das pessoas na mídia em razão de algo que está sendo investigado. Porque, para a opinião pública, aquelas pessoas já ficam condenadas. E isso traz um problema muito sério para a magistratura, para a justiça. É comum dizer-se que a polícia prende e a justiça solta. Mas, a opinião pública não sabe do processo, dos elementos que chegam até a justiça e se aqueles elementos são suficientes para manter uma pessoa segregada, uma pessoa presa. Se o tempo das investigações, se esse tempo ultrapassou o razoável, o que está previsto em lei. Muitas vezes o juiz que soltou alguém é considerado como fraco, ou até ilações desairosas são feitas sobre a conduta daquele juiz quando não sabem se a investigação foi apenas fruto de escutas telefônicas e que não há uma materialidade mais concreta daqueles fatos ou se o tempo extrapolou muito o razoável para se

manter presa aquela pessoa. Eu, de minha parte, costumo não dar qualquer divulgação aos processos que correm, especialmente aqueles que estão sob segredo de justiça, porque esse nem pensar. Tenho sido relatora de inúmeras dessas operações, mas, da minha parte, não tem saído qualquer informação. Salvo se for para corrigir algum equívoco na divulgação, mas, não faço disso palco de exibição em respeito não só ao princípio da presunção da inocência, mas também em respeito à dignidade do acusado, para que ele não seja julgado pela sociedade por alguma informação nem sempre completa daquilo que aconteceu. Não estou dizendo que sejam santos, que sejam anjos e há muitos que vêm a ser, efetivamente, condenados. O que não podemos é, para ganhar a simpatia da opinião pública, como pessoas corajosas, fortes, atuantes, expormos terceiros. Então a minha opinião é que as operações devem existir, a investigação sim, mas a divulgação deve ser cuidadosa, comedida. Não se pode admitir que uma empresa de televisão esteja a postos, às 05h00 da manhã, na casa de alguém, mesmo que essa pessoa possa ter praticado o ato ilícito, mas, de pijamas, em sua própria casa, e ao abrir a porta já esteja sendo televisionado, isso é um desrespeito ao ser humano e por isso tem a minha profunda discordância.

18) A jurisprudência deste Tribunal pode ser considerada pioneira, em nível nacional? Por favor, lembra-se em que área?

É difícil se dizer assim em uma área em que se é pioneiro. Sobretudo com a distribuição em cinco tribunais, as realidades regionais, que são diferentes, muitas vezes aqui se julgam processos que são mais corriqueiros na região nordeste, a região norte tem a sua realidade, sobretudo na questão fundiária, de assentamentos, de crimes praticados em razão da reforma agrária, mais acentuada em determinadas áreas do que outras. O que eu posso dizer é que esse Tribunal nunca se curvou a qualquer ingerência externa, então, dentro da nossa competência, da nossa área, não nos furtamos de julgar aquelas matérias que, por questão de competência, nos são afetas. Nosso Tribunal é um Tribunal que julga com coragem, que julga, creio, de acordo com a convicção de cada um de nós, não há qualquer ingerência externa, doa a quem doer.

19) Pela sua experiência, a jurisprudência do Tribunal é mais favorável à União ou mais benéfica aos direitos das partes, na qualidade de contribuinte e/ou beneficiado?

Não existe isso. Se você pegar uma pauta de julgamento, depois da sessão realizada, você verá que há inúmeros processos em que o Procurador da Fazenda Nacional, o Serviço de Patrimônio da União, através da sua Procuradoria, ou a Caixa Econômica Federal têm as suas apelações, os seus agravos providos e outros tantos em que o particular também tem a sua situação confirmada em uma sentença de 1º grau ou modificada se o entendimento de 1º grau for diferente. O Tribunal não pode ser “fiscalista” ou “populista”, o Tribunal deve ser justo. Portanto, você pode achar que alguns magistrados têm uma interpretação mais restrita de uma determinada lei, de um determinado dispositivo e um outro magistrado tem uma posição mais flexível, de acordo com essa interpretação. Vou citar um caso concreto, é muito difícil ficar só na teoria para você, que irá fazer um trabalho acadêmico. A aplicação do art. 168a, que diz respeito à apropriação indébita previdenciária. Há alguns magistrados que condenam, pelo simples fato do não recolhimento da contribuição previdenciária por uma empresa e seus sócios, representantes legais. Há outros magistrados que procuram ver se realmente aquela pessoa, que não recolheu o tributo, tinha condições, na época, de fazer aquele recolhimento. Então vamos analisar a situação financeira, o balanço da empresa e se houve o ‘animus’ de se apropriar daqueles valores, o que é muito importante e eu me filio entre aqueles que vão para este lado da materialidade. Era possível fazer o recolhimento e a parte não o fez, muitas vezes o que acontece é que isso não fica suficientemente provado, porque não houve a juntada de documentos sob os quais pudéssemos extrair a dificuldade pela qual passava aquela empresa naquele momento. Eu julguei um caso em que a empresa chegou a ser despejada por falta de pagamento. Como é que alguém perde a sua base, o seu local físico de trabalho, porque não teve condições de pagar o aluguel e se vai pensar que houve um crime. Não é que se deixe de recolher à Previdência o que deveria ser recolhido, isso é um caso de execução na área de execução fiscal, mas, na área criminal, eu não posso admitir que alguém, que foi despejado por falta de pagamento, tinha condições de também recolher um tributo. Parece-me muito lógico, independente até de maiores observações com relação ao balanço, movimento financeiro daquela empresa, muitas vezes estabelecimentos educacionais, porque nós tratamos as escolas com dois pesos e duas medidas. Nós exigimos, por um lado, que o dono da escola, como se costuma dizer, faça o recolhimento da Previdência dos seus servidores, dos seus professores. Por outro lado, o mesmo Poder Público que exige esse recolhimento, também permite que o aluno não pague a mensalidade durante aquele ano. Então, numa mesma sala de aula se admite que o aluno ou o seu responsável não pague a mensalidade e se condena, criminalmente, o dono do estabelecimento pelo não recolhimento, eu creio que sejam pesos e

medidas diferentes. Então, tenho um cuidado muito especial quando vem às minhas mãos um caso oriundo de estabelecimento educacional, porque conheço, como educadora, não gosto nem de usar essa palavra, porque não me sinto educadora, mas como professora ligada à área de educação, a realidade das escolas particulares e isso me leva a julgamentos aonde eu levo em consideração essa realidade. O ‘animus’ do dirigente que não houve de se apropriar e, ao mesmo tempo, as dificuldades por ele atravessadas, em parte decorrentes das próprias regras do Poder Público, que o tornam impotente para realizar aquela cobrança no tempo desejável para cumprir a obrigação previdenciária.

20) Poderia opinar sobre esta metodologia da História Oral que hoje estamos utilizando para constituir fontes históricas, consolidar a memória institucional e contribuir no processo de formação da cidadania, ao disponibilizar essa informação organizada à Sociedade?

Acho excelente. Porque se eu fosse redigir todas essas minhas respostas seria impossível. Quando eu escrever minhas memórias, vou colocar alguns desses aspectos. Certamente, espero ter a oportunidade de fazer isso no futuro. Talvez, no momento, essas duas manhãs que passamos aqui conversando representem um trabalho que, se escrito fosse, tomaria semanas e provavelmente eu não iria dispor desse tempo para fazer esses registros. Então, que fiquem salvos nos processos modernos de registro de dados é da maior valia e, certamente, recorrerei a você quando passar para essa etapa de escrever as minhas memórias, que grande parte delas estará ligada à minha atividade como magistrada e ao Tribunal. Continue fazendo isso porque, certamente, outros colegas também não terão tempo para registros escritos ou, talvez, nem tenham interesse, no futuro, de fazer essas observações, que poderiam ser de grande interesse para os usuários ou para aqueles que queiram saber quem somos nós, que somos, sobretudo, gente.

21) Acredita que a metodologia da História Oral poderá tornar-se uma prática exequível em prol do engrandecimento da Instituição TRF 5ª Região?

Claro. Esse trabalho seu é um daqueles que a gente sabe que não tem fim, tem começo e não tem nem meio, porque se espera que essa Instituição tenha uma longevidade e que esses 20 anos não sejam, sequer, nem o meio dela, é um trabalho permanente e que deve

ser aberto em leque para atingir outros segmentos. A história oral será uma nova forma de registro porque os bancos de dados hoje já substituem o papel por outros meios e isso terá de ser feito aqui também, no Tribunal, é uma coisa louvável. Creio que a Fundação Getúlio Vargas faz isso na área de política e tem tido oportunidade de salvar coisas que se perderiam, se não fosse o registro oral. Recordo-me de um político daqui de Pernambuco que sabia de coisas importantíssimas sobre a história de nosso Estado num período em que essa história estava obscura e eu dizia: “grave, eu não me incomodo de depois fazer a desgravação e lhe dar para corrigir, mas, não seja egoísta de guardar para si esses registros que a sociedade deveria ter conhecimento”. Não vou dizer quem era, mas, infelizmente, essa pessoa já faleceu e com ela se foram revelações importantíssimas para a história de Pernambuco.

22) Para finalizar, gostaria de expressar alguma declaração, numa perspectiva histórica, falar um pouco sobre a Justiça Social aplicada no Tribunal que não foi ainda abordada?

É difícil ter alguma perspectiva que ainda não tenha sido abordada em 22 perguntas minuciosas e muito bem elaboradas. Mas, gostaria que ficasse registrado como uma mensagem, sobretudo para os que virão integrar este Tribunal, que jamais abdicamos das nossas competências, que o Tribunal cada vez mais se afirma como uma figura de jurisdição respeitada e respeitável, porque esse é o nosso papel dentro da história, cada ato nosso é também um ato dentro da história, como também as nossas omissões. Então, devemos ter cuidado com o que fazemos e com o que deixamos de fazer, porque, certamente, gerações futuras irão nos cobrar, observarão quando não cumprimos o nosso papel, o papel que nos foi dado pela sociedade, em última análise, pelo Poder Público, que nos nomeou e para a sociedade, que é destinatária das nossas ações. Que o Tribunal busque a prestação jurisdicional célere sim, mas com qualidade. Seja rápido e seja justo e que faça disto mais do que um trabalho e sim uma missão, porque aqui estamos todos numa missão que é oferecer e conceder Justiça para aqueles que nos procuram.

Nome – **Desembargadora Federal MARGARIDA DE OLIVEIRA CANTARELLI**

Pais – **Júlio Alcino de Oliveira e Dulce Barreto Coutinho**

Data de Nascimento – **28 de março de 1944**

Local de Nascimento – **Recife, Pernambuco**

Local da Entrevista – **Cidade de Recife – Pernambuco**

Duração da Entrevista – **2 h 36 min 31 s**

Datas da Entrevista – **05 de fevereiro e 18 de março de 2009**

Entrevistadora – **Nancy Moreira de Barros Freitas**

* Submissão: 10/02/2010

Aceite: 23/02/2010